

Internacionalização dos bancos brasileiros: motivações produtivas ou parasitárias? (indagações para uma pesquisa)

Victor Meyer

Prof. Auxiliar do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia - UFFS
Mestre em Economia - Doutorando em Administração Pública — UFDA
Prof. de Economia — UCSal.

RESUMO — *Discute-se qual a motivação predominante no atual movimento de internacionalização dos bancos brasileiros: se produtiva ou rentista; pergunta-se se a referida expansão financeira tende a consolidar uma vinculação ou uma desvinculação com a base produtiva da sociedade. Argumenta-se que a literatura especializada, no Brasil, não responde satisfatoriamente ao problema. Esboçam-se caminhos para o aprofundamento do debate.*

ABSTRACT — *This article is concerned with the predominant motivation of the present Brazilian banks internationalization: is this process based on production, or does it merely represent the explosion of financial accumulation? Could that process be linked to the society productive basis? In Brazil, the specialized literature doesn't offer satisfactory answers to those questions. Here, some finding are suggested to make this discussion deeper and clearer.*

1. A AUTONOMIZAÇÃO DO "VOO" DA MOEDA

Especialistas em finanças internacionais assinalam em destaque o fato de que a oferta de crédito colocado à disposição dos tomadores, no âmbito mundial, aumenta mais rapidamente que os depósitos captados pelo correspondente sistema bancário. Esse é, na verdade, um fato altamente significativo, quanto à natureza atual do crédito internacionalizado. É uma manifestação do poder emissor dos bancos internacionais, uma demonstração da capacidade de criar moeda e, nessa medida, a afirmação da autonomia relativa desses fenômenos encadeados (monetários, financeiros, bancários) frente aos processos básicos de produção e trocas mercantis. *Essa autonomização* do movimento expansivo dos bancos no espaço mundial vem ganhando crescente destaque.

Uma apreciação mais detida vai-nos mostrar, precisamente, dois aspectos do fenômeno. A dinâmica própria que garante a autonomização atual do sistema financeiro convive com a ação das forças motrizes originárias, diretamente produtivas, aquelas tão evidentes e óbvias nos momentos de gênese histórica do sistema capitalista, daí resultando uma dupla determinação: por um lado, os bancos avançam seguindo as trilhas abertas pelas transações de comércio exterior e pelas atividades promovidas pelas empresas multinacionais de seus países de origem, extratoras de mais-valia; por outro lado, simultaneamente, extrapolam os limites dessas transações primitivamente produtivas e, aceleradamente, vão promover negócios entre os próprios bancos, no espaço do interbancário.

As duas modalidades de atividades não estão casadas. Assim sendo, é o interbancário que abre e realimenta, a cada momento, *esse moto contínuo*, relativamente desvinculado da produção material. Uma variada gama de transações envolvendo as moedas de crédito, os títulos de dívida e demais modalidades de quase-moedas, faz o capital-dinheiro gerar mais capital-dinheiro, empurra para adiante a circularidade D-D' e, dessa forma, cria a principal base em moeda para a auto-expansão do capital financeiro.

A esfera financeira da sociedade capitalista parece carregar uma ambiguidade congênita: para expandir-se, obtém substância enquanto parte integrante do capital produtivo, mas, ao mesmo tempo, demonstra capacidade de crescer em torno de si mesma, de autonomizar-se, tornar-se "fictícia", numa espiral de autodesenvolvimento.

Uma segunda peculiaridade perpassa a atual expansão do sistema financeiro: a predominância do dólar no mercado das disponibilidades monetárias internacionais. A condição do dólar como 'divisa-chave' é consequência direta da expansão das empresas multinacionais norte-americanas no mundo (em particular, dos bancos norte-americanos) e, num sentido mais geral, decorre da força específica da economia dos Estados Unidos e da sua posição hegemônica no quadro mundial.

O movimento expansivo do sistema financeiro, com a sua dupla determinação (por um lado calcada nas transações produtivas e, por outro, autonomizada), desenvolve-se apoiado na internacionalização dos bancos. Cabe acrescentar: sob a primazia dos bancos americanos. O coração do mercado interbancário é, portanto, ocupado pelos bancos norte-americanos, que fornecem o *funding* necessário às operações de crédito em eurodólares, fato que, por sua vez, decorre da capacidade única que assume aquele país de emitir a moeda veicular do sistema monetário internacional.²

Então a expansão internacional do sistema financeiro está apoiada na moderna internacionalização do sistema bancário: seja ao se renovarem os movimentos tradicionais de intermediação entre agentes superavitários e deficitários, respectivamente, residentes e não-residentes, seja ao se realizarem as operações de triangulação, envolvendo, nas duas pontas, agentes não residentes, portanto em trajetórias transnacionais de capitalização, à margem das bandeiras nacionais.

Assim, os bancos internacionalizados vão além das suas motivações nacionais primitivas (imediatamente ligadas à base produtiva dos seus países de origem), como também vão além da exploração de oportunidades negociais encontradas nos países onde se instalam: mais do que isso, lançam-se às transações interbancos, sustentam o giro dos títulos, no espaço exterior. Essa realidade faz do sistema de bancos internacionais o lugar específico para a realização da "financeirização" atual, dolarizada, titularizada, ("securitizada"), marcada por tendências globalizantes, - como é o caso das operações *off-chore*, que ignoram ou contornam as autoridades monetárias posicionadas nos velhos espaços dos Estados-nações.

Essa dupla fonte de alimentação do sistema financeiro pode ser qualificada em outras palavras. Trata-se de um movimento marcado, por assim dizer, por uma dupla face: uma face *produtiva*, no sentido de uma vinculação entre capital bancário e capital industrial; e uma face *rentista*, afastada do circuito de reprodução do capital produtivo, por isso mesmo marcada por uma índole parasitária. Esse segundo aspecto do problema, embora tão antigo quanto o primeiro, parece hipertrofiar-se no tempo histórico aqui denominado de atualidade.

A hipertrofia da componente *rentista* do sistema financeiro atual sugere uma atitude de cautela do capital em geral frente aos riscos vislumbrados nos investimentos produtivos, num momento marcado por fortes mudanças nos paradigmas tecnológicos. Assim refugiado na formação de uma riqueza patrimonial, o capital demonstra uma preferência crescente por quase-moedas de maior liquidez, tendência que vai encontrar respaldo e estímulo na desregulamentação do sistema financeiro mundial (sobretudo a partir dos anos 80). As inovações financeiras vão, nesse contexto, atender a essa crescente demanda por riqueza patrimonial líquida e relativamente desligada da produção.

Esse cenário afeta os bancos de forma direta e intensa. São os bancos que, através do seu poder emissor, garantem a oferta monetária necessária às inovações financeiras mencionadas, em atendimento à procura por liquidez oriunda das *preferências rentistas* do capital. Em consequência, são os bancos que se transformam em núcleo crítico de um crescente *risco sistêmico* que alcança a economia contemporânea.³ Trata-se de um risco calcado na instabilidade (ou volatilidade) de uma riqueza patrimonial líquida que cresce por fora dos investimentos, isto é, à margem do processo fundamental da criação de valor.

Esses complexos movimentos de expansão do sistema financeiro se entrecruzam nos espaços nacional e internacional. Seguindo esse entendimento, cabe situar, numa primeira aproximação, a forma particular de inserção do Brasil no contexto mundial.

Sucintamente, caberia pelo menos relacionar, de início, as seguintes peculiaridades da

economia brasileira: a) o amadurecimento do seu complexo industrial internacionalizado e o consequente movimento de exportação de capital financeiro, num fluxo que se origina nas multinacionais brasileiras; b) a modernidade do sistema financeiro nacional, capaz de acompanhar ativamente o jogo operacional do sistema mundial; c) a existência de grandes corporações bancárias que já se expandem internacionalmente, seja ao oferecerem base material para as transações produtivas externas, seja ao imiscuírem-se no jogo *rentista*, "autonomizado", da acumulação do capital financeiro em torno dele mesmo.

O sistema bancário interno, nas décadas que compõem a nossa (já delimitada) atualidade, devidamente associado aos fluxos mundiais através dos dispositivos da Lei 4 131 e Resolução 63, ofereceu lastro para sucessivos surtos de acumulação do capital produtivo; mas, ao mesmo tempo (sobretudo desde a desaceleração produtiva dos últimos anos de 1970 e, mais ainda, durante a chamada crise da dívida, anos de 1980), adquiriu extraordinária experiência nas transações autonomizadas ou especulativas.

Assim, a duplicidade de determinações que acompanha a expansão do sistema financeiro mundial reproduz-se, particularizada, na história recente do sistema financeiro brasileiro. Os bancos brasileiros cresceram, ocuparam espaços internos e externos, e, nessa trajetória, combinaram diferentes pesos para as suas atividades diretamente vinculadas à esfera produtiva e para as atividades desvinculadas dessa esfera.

Essas diferentes combinações constituem-se em tema para estudos específicos.

Uma periodização do movimento expansivo e um mapeamento das rotas dessa expansão (particularmente no que se refere às suas incursões internacionais) aparecem, sem dúvida, como um importante campo de pesquisas.

2. PERIODIZANDO A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS BRASILEIROS

Temos assente, portanto, que o capital portador de juros, em sua dinâmica própria e em sua relação com o capital industrial, desenvolve uma história específica: história multifacetária, na qual avançam, simultaneamente, relações do tipo fusão com o capital industrial e relações de autonomização, ambas presentes num movimento expansivo e moderno *de internacionalização*. Já foi dito que essa história geral encontra sua expressão concreta, material, institucional, no fenômeno da internacionalização dos bancos. O mesmo se deve dizer dos bancos brasileiros em particular.

Disso tudo resulta um problema: se os bancos brasileiros avançam nos espaços mundiais contemporâneos carregando essa ambivalência intrínseca (essa vinculação com o capital produtivo e, simultânea e contraditoriamente, essa autonomização *rentista*, essa "financeirização"), o que dizer da resultante entre essas tendências díspares sobre a natureza da referida expansão bancária?

Por hipótese, poderia haver um equilíbrio harmonioso entre as duas tendências subjacentes, configurando uma situação tal que poderia ser recepcionada teoricamente por algum modelo de equilíbrio neoclássico. Alternativa que, no entanto, deve ser aqui afastada, pois certamente não encontraria guarida nos pressupostos teóricos contidos nas presentes notas, mais afeitas a ver realidade social em permanente desequilíbrio. Então, se o desequilíbrio é assumido como a regra geral, o que dizer do caráter resultante desse movimento expansivo das grandes corporações bancárias no espaço mundial? O que predomina nessa trajetória? Entre as duas forças contraditórias que acompanham a internacionalização dos bancos brasileiros, qual a mais forte neste lapso de tempo que aqui chamamos de atualidade?

Poderia predominar o impulso produtivo - e, nesse caso, teríamos a expansão dos bancos acoplada às tendências pletóricas que a acumulação capitalista em tese comporta e cuja base factual poderia hoje estar nas transformações que envolvem a introdução de novos padrões produtivos. Mas, por outro lado, continuando o mesmo exercício lógico, também poderiam predominar os impulsos *rentistas* e parasitários que compõem a outra face desse fenômeno ambíguo e que, nesse caso, estariam agindo como poderoso redutor, como freio incidente sobre os impulsos inerentes à assim chamada terceira revolução industrial.

Essas perguntas conduzem a uma outra: como avaliar o risco sistêmico resultante da hipertrofia da componente rentista do sistema financeiro atual? Qual a contribuição dos bancos internacionalizados, - na medida em que atendem às demandas por riqueza patrimonial líquida e, nessa medida, reduzem o *funding* disponível para os investimentos produtivos, - para o risco macroeconômico que hoje acompanha as empresas em geral?

Para essas perguntas não parecem existir respostas automáticas nem simples. Portanto aí temos, salvo engano, um problema de pesquisa que deveria ser abordado cientificamente.

Para melhor situar o problema, cabe enquadrá-lo no tempo histórico. Já foi aqui argumentado que a ambiguidade da expansão dos bancos, dadas as suas vinculações e as suas desvinculações com a produção, é inerente à própria história do capitalismo. Mas o problema aqui indicado não se refere a uma trajetória tão longa. Em sua especificidade, a aceleração do movimento de autonomização do sistema financeiro tem data de origem muito mais recente.

O marco inicial pode ser localizado no momento de formação dos déficits continuados na balança de pagamentos dos EUA. O aprofundamento do fenômeno decorre da continuação desse desequilíbrio americano, ao qual se juntam outros desequilíbrios (o surgimento de grandes dívidas dos países ditos de capitalismo emergente, por exemplo). O tempo assim delimitado tem seus diversos marcos distribuídos ao longo das décadas de 1970, 1980 e primeiros anos 1990.

Como enquadrar o Brasil nessa periodização? As reviravoltas que têm marcado a evolução dos grandes deslocamentos do capital financeiro no espaço mundial recolocou o País, sucessivamente, na posição de importador líquido de capital, nos anos de sobrelíquidez decorrente do acúmulo de petrodólares e sob uma baixa da taxa de juros no mercado norte-americano (anos de 1970), passando-o à posição de exportador líquido, nos anos da crise da dívida, de expansão das economias centrais e de restauração da força hegemônica dos EUA, simbolizada na elevação da sua taxa de juros e na alta do dólar (anos de 1980), retornando-o à posição de importador líquido nos primeiros anos de 1990 e, de certo modo, até hoje, embora a mais recente crise mexicana, deflagrada antes de encerrar-se o ano de 1994, venha a produzir novos sinalizadores na cena mundial.

No decorrer desse período longo, com breves lapsos de interrupção, verifica-se, no Brasil, uma crescente desvinculação entre o capital bancário e a base produtiva da sociedade. Passados os anos de crescimento econômico intensivo (que apologistas mais sôfregos outrora alcuinharam de "milagre"), nos primeiros anos de 1970, seguiu-se uma desaceleração que, não obstante, ainda denotava taxas significativas de crescimento do PIB. Já aí se mostravam crescentes as atividades especulativas alimentadas em torno do giro da dívida pública. Mas caberia à década de 1980 tornar essa tendência muito mais forte e mais nítida: a queda das atividades produtivas foi então acompanhada por uma frenética onda especulativa. Um efêmero corte no curso dessas tendências se daria unicamente entre os anos de 1985-1986, quando a expansão da produção recolocou a acumulação rentista em segundo plano.

Excluídos os dois anos atípicos, o movimento autonomizado de expansão especulativa do capital bancário continuaria nos anos posteriores, adentrando-se na década de 1990. Uma nova contratendência produtiva adviria nos anos de 1993-1994, abrindo novas interrogações, quanto à natureza e à direção de movimento que continua se desenvolvendo diante de nós.

A esta altura, já enquadrados no tempo os termos gerais do problema em foco, torna-se possível e necessário *recolocá-lo* num grau maior de aproximação, refazendo-se a periodização: agora buscando-se as particularidades dos marcos temporais que a experiência especificamente brasileira de internacionalização dos bancos produziu até hoje.

Contudo, para prosseguir nessa perspectiva, cabe antes assumir o pressuposto simplificador. Considerando a sua representatividade entre os bancos brasileiros em geral e, em particular, entre os bancos brasileiros que avançaram no exterior, o Banco do Brasil pode ser tomado como caso representativo: aquele cuja evolução é capaz de resumir as características do universo formado pelo conjunto de todos os bancos do País. Em outras

palavras, a internacionalização do Banco do Brasil pode ser vista como caso específico no qual se condensam os movimentos gerais que hoje envolvem os bancos internacionais brasileiros.

Assim sendo, os marcos temporais acima esquematizados precisarão ser reproduzidos no terreno específico no qual se dá o avanço internacional do Banco do Brasil.

BAER⁴ apresenta uma interessante periodização sobre a expansão do BB: num primeiro período, até a segunda metade dos anos de 1970, o BB avança no exterior em apoio ao comércio exterior brasileiro e como instrumento de captação de recursos internacionais para financiar grandes projetos de investimento. Embora as agências pioneiras tenham sido inauguradas no Paraguai, Uruguai e Argentina (entre 1941 e 1960), já no período relevante para a presente análise (a partir de 1970) as rotas de expansão passam a ser outras. Entre 1972 e 1975, são inauguradas agências em Paris, Tóquio, Toronto, Amsterdan, Milão e, iniciando uma abordagem aos paraísos fiscais, também na cidade do Panamá (1973). É um período no qual o BB se orienta para os países desenvolvidos, compradores quase exclusivos dos produtos brasileiros de exportação e fontes originárias dos fluxos de capital dirigidos ao País.

Num segundo período, a partir da segunda metade da década de 1970, quando a pauta das exportações brasileiras passa por uma mudança estrutural, fazendo os manufaturados superarem os básicos, e quando, simultaneamente, passam a se diversificar significativamente os países de destino desses fluxos de mercadorias, o BB altera o perfil da sua presença no exterior, passando a incluir agências em países do Terceiro Mundo. São inauguradas, entre 1976 e 1980, as seguintes agências externas: Chicago, Lima, Los Angeles, Ilhas Cayman (outro paraíso fiscal), Washington, Caracas, Cingapura, Zurique, Miami, Barcelona, Madri, Viena. Apresenta-se, portanto, uma clara diversificação geográfica no processo de expansão externa do BB.

Além disso, ainda nesse segundo período, o BB eleva a sua participação em bancos internacionais: em 1981, essas participações alcançavam o Arab Latin American Bank (Arlabank), em Lima, o Banco Brasileiro-Iraquiano (BBI), no Rio de Janeiro, o Banco de Desarrollo dei Paraguay (Condesa), em Asunción, o Banco Latinoamericano de Exportaciones (Bladex), no Panamá, o European Brazilian Bank (Eurobrás), em Londres, o Banco Unido de Fomento (BUF), em Santiago, o Banque Árabe et Internationale d'Investissement (BAII), em Paris, o Banque Internationale pour l'Afrique Occidentale (BIAO), em Paris, o Compagnie Árabe et Internationale d'Investissement (CAII), em Luxemburg, o Euro-Latinoamerican Bank Limited (Eulabank), em Londres e o Kwait Pacific Finance Company (KPFC), em Hong-Kong.

Através dessas participações, o BB tem por fim ampliar as captações de recursos externos ou estreitar relações bilaterais. Observe-se que se trata de um período de forte envolvimento do Brasil no euromercado, quando crescem aceleradamente os empréstimos externos direcionados ao País. Cresce, então, a participação do BB em sindicatos bancários, levando ao aumento em valor dos empréstimos sindicalizados dirigidos ao Brasil com a sua participação. Os impactos sucessivos das altas do petróleo e da taxa de juros nos EUA fazem com que se intensifique a tomada de empréstimos (via Lei 4.131 e Resolução 63). Sob esse ângulo, o BB já se envolve no círculo vicioso do refinanciamento da dívida externa e no gradual crescimento das atividades especulativas internas.

O período posterior, marcado pela crise da dívida, faria os movimentos expansivos que marcam a internacionalização financeira brasileira passarem por novas mudanças. Internamente, a espiral inflacionária faz o BB acomodar-se ao jogo dos ganhos à base do *floating*. Nesses anos, o Banco do Brasil praticamente suspende a expansão da rede de agências no exterior. Somente ocorrem novas inaugurações de agências em 1981 e em 1984, em apenas quatro novos locais: Hong Kong, Bahamas (paraíso fiscal), Roma, e Beijing, além de uma Subsidiária em Nova York, a BB Leasing (período no qual já se torna claramente visível o fenômeno denominado por Salama⁵ de *autonomização da dívida* - processo que promove uma expansão financeira autônoma em relação à esfera produtiva, com óbvias repercussões no sistema bancário que lhe serve de base).

Um novo período de auge adviria mais adiante, a partir dos primeiros anos de 1990: nesse

contexto, o BB adapta sua ação externa, acrescentando às suas funções já tradicionais, acima referidas, a intermediação nos negócios das multinacionais brasileiras e, sobretudo, intensificando sua ação no mercado de títulos. São inauguradas agências em Mamatsu e em Frankfurt, e novas Subsidiárias no exterior: BB Europe, em Bruxelas e BB Securities, em Londres.

Nesse novo terreno, acompanhando os mais recentes sinalizadores do sistema financeiro, o BB passou a liderar sindicatos de colocação de títulos no mercado financeiro internacional. São transacionados títulos de curto prazo, a exemplo do *commercial paper*, de médio e longo prazos, como os *eurobonds*, ou ainda os títulos representativos de dívidas de qualquer país, os *debtrading*, entre outros. Passou, ainda, a atuar sistematicamente nos mercado primário e secundário de emissões latino-americanas e no mercado de derivativos.

Desde que o Brasil voltou ao mercado de capitais, com a superação relativa da crise da dívida, o BB sustentou liderança conjunta com o Credit Suisse First Boston, nas duas primeiras emissões; liderança conjunta com o Chemiccal Bank e Banco Paribas; liderança conjunta com Salomon Brothers - Eurobônus Petrobras; co-liderança e co-gerenciamento de dezenas de emissões de empresas da América Latina.

A alavancagem de recursos no exterior para o BB vai repercutir internamente na economia brasileira através dos mecanismos de repasse, a exemplo de 1963.

Especificamente no período de 1990-94, que marca o retorno do Brasil aos circuitos internacionais do capital financeiro, depois da prolongada interrupção representada pela crise da dívida, o BB participou de dezenas de sindicatos e realizou emissões num valor total de US\$475 milhões, com prazos de resgate variando entre 3 e 5 anos.

Uma rede de dependências que já conta com mais de 40 unidades, entre agências e subsidiárias (BB-Europa, Brazilian Marchant Bank, BB-Leasing e BB-Securities), resumem hoje, ao cabo dessa longa evolução, o arcabouço bancário indicador do envolvimento do sistema financeiro brasileiro no sistema financeiro mundial. O mapa atual resultante dessas diversas ondas de internacionalização mostra uma rede de dependências que alcança quatro Continentes. Cabendo ainda frisar que, mais recentemente, aprofundam-se as raízes das agências instaladas no MERCOSUL. Ora: esse movimento é, em seu conjunto, bastante representativo daquele que, mais amplamente, envolve os bancos brasileiros mais importantes, em franco processo de internacionalização.

Para cada um desses períodos e por trás de cada uma dessas rotas de expansão, permanecem as perguntas: Qual a motivação para o movimento expansivo? Quais as principais fontes de receita que a referida expansão persegue? Qual a vinculação entre essa modalidade atual de expansão bancária e a elevação do *risco sistêmico* subjacente à acumulação capitalista em curso?

Em outras palavras, esse movimento expansivo internacional encerra uma possibilidade de estudo; ele provoca uma dúvida, incita uma pergunta relevante. No expressivo volume de recursos captados no mercado internacional de títulos, que parcela internalizou-se no Brasil para efetivamente cumprir a clássica metamorfose do dinheiro em meios de produção e força de trabalho, redundando em acumulação ampliada de capital real? Alternativamente, que parcela limitou-se a satisfazer demandas por tesouros financeiros líquidos a serem perpetuados como tais, para pleno gozo dos que sonham com o voo autonomizado dos juros sobre juros?

3. INCURSÕES NA TEORIA

Os marcos teóricos do problema de pesquisa aqui apresentado remontam, numa primeira e mais abstrata abordagem, à obra de Marx. No tomo terceiro de *O Capital*, está colocada a distinção entre o *capital portador de juros* e o *capital produtivo*, o primeiro dotado de autonomia relativa, ainda que em última análise vinculado às fontes primordiais de criação de valor, isto é, posto a serviço do capital industrial extrator de mais valia. Ora: é exatamente essa margem de autonomia do fenômeno monetário que abre espaços para a expansão especulativa do capital bancário, a ponto de possibilitar periódicas hipertrofias do *capital fictício*.

Discorrendo sobre esse mesmo fenômeno, mas já num estágio bem mais avançado da história do capitalismo, Suzanne de Brunhoff iria destacar o caráter especificamente capitalista da auto-expansão da moeda de crédito. O movimento de toda uma parte dos ativos bancários repousa sobre a própria atividade bancária. A moeda de crédito se "desmaterializa" quando se torna um puro instrumento de circulação e o seu circuito se fecha sob uma forma circular⁶. Decorre daí que os ativos bancários possam tomar um caráter "fictício", tornando a sua circulação relativamente independente do "capital real".

Para um estudo do fenômeno no tempo histórico correspondente ao capitalismo monopolista, a referência inicial remonta a HILFERDING (1985). Sua temática é o capital financeiro, a expansão das grandes corporações representativas do capital concentrado e centralizado, que avançam numa zona de confluência entre o capital bancário e o capital industrial. Observe-se que o problema central, para Hilferding, é a *vinculação* e não a *desvinculação* entre o capital bancário e o capital industrial. Ousaríamos acrescentar que uma contribuição de importância angular foi introduzida, nessa linha de análise, por um desses autores que não poderiam ser citados sem o singelo lembrete de que estão lançados ao *Index* moderno: naturalmente, referimo-nos a Lênin, em sua célebre análise sobre o imperialismo, a primeira a caracterizar claramente a passagem da acumulação capitalista para o superior estágio de um *sistema de economia mundial*.⁷

Em períodos mais recentes outros autores, na matriz marxista, desenvolveram estudos que poderiam ser associados a uma atualização de Hilferding/ Lênin, - na medida em que se ocuparam em discutir as formas de conexão (e suas mutações) entre o capital bancário e o capital industrial. Obras preocupadas com o modo particular através do qual aparecia e se manifestava a fusão entre o capital financeiro e o capital produtivo, mesmo quando se tratava de mostrar a mencionada *fusão* em momentos de crise (muitos chegariam a focalizá-la num suposto estado de crise geral: tratava-se, nesses casos, de abordagens a uma fase de baixa na trajetória histórica que logicamente mantinha-se no centro da problemática).

Poderia corresponder a uma atualização dessa ordem de problemas - que envolve a vinculação entre o capital financeiro e o capital produtivo - a obra de PALLOIX (1974). A internacionalização do capital financeiro é, ali, discutida em suas ligações com o processo básico de acumulação do capital (não está em foco, portanto, a disfunção eventual ou sistemática nas relações entre o capital bancário e o capital produtivo). MICHALET (1983), refere-se à internacionalização dos bancos como sustentação institucional da internacionalização do capital no capitalismo do pós-guerra. Trata-se, também nesse caso, de uma discussão sobre a problemática da *vinculação* do capital bancário com o capital produtivo.

Mas, para uma discussão sobre as disfunções nesse processo, ou seja, para uma ênfase atualizada sobre a predominância da *desvinculação* entre capital bancário e capital produtivo, cabe acrescentar outros trabalhos teóricos. LIPIETZ (1983) e outros expoentes da Escola da Regulação referem-se ao caráter dual dos movimentos financeiros, sua ligação e sua autonomia - *na atualidade* - em relação ao capital produtivo. SALAMA (1989), discutindo as condições especiais de expansão do capital financeiro durante a crise da dívida, formula o seguinte problema:

*... a expansão do setor industrial promoveria o avanço do setor financeiro ou seriam o endividamento internacional e a dolarização que favoreceriam um rápido crescimento do setor financeiro em detrimento do setor industrial?*⁸

Problemática semelhante reaparece, de forma ainda mais explícita, nos trabalhos mais recentes de CHESNAIS⁹, que conceituam a predominância de uma acumulação rentista, responsável por uma tônica parasitária presente na expansão em curso do sistema financeiro mundial (não obstante suas vinculações paralelas com o capital produtivo), - assim como em AGLIETTA (1995), sobre cuja obra cabem observações mais detalhadas.

Para Aglietta, na obra acima citada, a desregulamentação dos fluxos do capital financeiro, a partir dos anos 80, desfez a estrutura regulatória cultivada desde os idos da Grande Depressão e com isso tornou sem efeito alguns pressupostos básicos da macroeconomia keynesiana. O fluxo do consumo e, portanto, também o fluxo da poupança, deixam de ser

função da renda e passam a depender, basicamente, do estoque de riqueza patrimonial. Os agentes (famílias e empresas, ainda segundo o autor) passam a manter um certo estoque de ativos financeiros preferencialmente líquidos, e é em função das variações nesse estoque que passam a se definir os demais fluxos, inclusive os investimentos. Esses últimos se tornam, por assim dizer, *residuais*. Essa realidade introduz no sistema, em seu conjunto, uma nova modalidade de risco.

Esses marcos teóricos até aqui mencionados se constituem em referência para a formulação do problema em referência. Eles introduzem as duas vertentes conceituais necessárias para a discussão das duas possibilidades aqui aventadas acerca da característica hoje dominante na expansão internacional dos bancos: se *produtiva* ou *rentista*.

Por último, cabem alusões sumárias a alguns trabalhos sobre o tema já realizados no Brasil.

BAER (1986) faz uma pesquisa exploratória sobre a internacionalização dos bancos brasileiros até meados dos anos de 1980 e avança, aqui e ali, no decorrer do seu texto, pistas de grande interesse para os desenvolvimentos aqui indicados. GOLDENSTÉIN (1986), parte de uma periodização da *multinacionalização dos bancos* dos países capitalistas centrais, embora vá se ater, no que diz respeito ao Brasil, à discussão sobre a crise da dívida. TAVARES e ASSIS (1986) discutem um período particular do primado da especulação parasitária no sistema financeiro brasileiro, expressão das suas relações com a crescente autonomização do mercado do eurodólar (últimos anos de 1960, os de 1970 e os primeiros de 1980). Localizam as raízes do "encilhamento geral do sistema financeiro" brasileiro dos anos de 1980 na precedente economia de endividamento praticada pelos governos militares, embora não se detenham, em particular, no processo de internacionalização dos bancos brasileiros. Em obra posterior, BAER (1993) retoma o seu tema, numa apreciação geral sobre os fluxos financeiros. Desta vez, porém, sem se deter nas especificidades do comportamento dos bancos. Há ainda outros trabalhos, como o de BARROS (1994), que discutem com riqueza de determinações as formas mais recentes assumidas pelos fluxos financeiros internacionais que envolvem o Brasil.

Alguns desses trabalhos englobam, se bem que num grau maior de abstração, os problemas centrais aqui colocados; outros apenas os tangenciam, demarcando diversos pontos de contato. Deve-se constatar, no entanto, a existência de uma lacuna: a literatura existente acerca da internacionalização dos bancos brasileiros não é conclusiva, quanto à natureza (produtiva ou rentista) do fenômeno.

O atraso torna-se mais evidente, quando se observa o "estado das artes" da pesquisa correlata no plano internacional. Analisando as tendências mundiais em curso, alguns já puderam, como SALAMA (1992), CHESNAIS (1995) e outros, apontar com segurança para a predominância mundial, hoje, de uma componente rentista no movimento mundial da acumulação do capital. Para esses autores, o capital fictício, girando em voos autonomizados no espaço mundial, aprofunda a sua desvinculação com a produção e expande-se num frenético autodesenvolvimento "gangrenado", nitidamente parasitário. Visto à distância, o mesmo parece impregnar o movimento expansivo dos bancos brasileiros: mas é necessário aproximar as lentes da pesquisa e elucidar um diagnóstico, dando conta das particularidades que percorrem, num contexto de fluxos mundializados, esses recantos específicos dos trópicos.

NOTAS

¹ MICHALET (1983), p.238.

² SANTOS FILHO (1993), p.53/59.

³ AGLIETTA (1995), p.79-80.

⁴ BAER (1986), p.56-63.

⁵ SALAMA (1989), p.59.

⁶ BRUNHOFF (1978), p.100/101.

⁷ MICHALET, op. cit., p.101/102 e *passim*.

⁸ SALAMA (1989), p.8.

⁹ CHESNAIS (1995), p.18.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financière*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.

BAER, Mônica. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

_____. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARROS, Octávio de, MENDES, A. P. Fernandes. *O financiamento externo brasileiro e a captação de recursos via títulos e bônus*. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v.1, N.1, junho 1994, p.175-200.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

_____. *Uheure du marche: critique du libéralisme*. Paris: Presses Univers. de France, 1986.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. François. *A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP: Revista da UNICAMP. n.5, dezembro de 1995.

GOLDENSTEIN, Sérgio. *A Dívida externa brasileira 1964/1982, evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HILFERDING, R. *O Capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, V.I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1984. 6t. t2: p.291-404.

LIPIETZ, Alain. *Le Monde enchanté - de la valeur à l'éévol inflationniste*. Paris, Éditions La Découverte, 1983. MARX, Karl. *O Capital*. Livro III, seções V e VII. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MICHALET, Charles-Albert. *O Capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PALLOIX, Christian. *La Internacionalizacion dei capital*. Madrid, Libéria Mundi-Prensa, 1974.

SALAMA, Pierre. *Dolarização: ensaio sobre a moeda, a industrialização e o endividamento dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Nobel, 1989.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. *A Economia em decomposição: ensaios sobre a hiperinflação*. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS FILHO, Milton. *Sistema Internacional de Créditos: Conceitos e Desenvolvimento*. In: SANTOS FILHO, M. (Org). *Instabilidade econômica, moeda e finanças*. São Paulo: Hucitec, 1993, p.41-60.

_____. *O financiamento internacional do Projeto Carajás*. Paris: Sorbonne, 1984. (Tese de doutoramento).

TAVARES, Maria da Conceição, ASSIS, J.Carlos de. *O Grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Texto baseado no anteprojeto de tese desenvolvido pelo autor para o Doutorado em Administração Pública (UFBA). Publicado em Sitientibus, Feira de Santana, n.17, p.101-115, jul./dez. 1997.